

Depois do choque e do pavor: reflexões acerca da Guerra do Iraque

Amaury Patrick Gremaud

Professor Doutor do Departamento de Economia da FEA-RP da Universidade de São Paulo.

Maria Fernanda Lombardi Fernandes

Mestre e Doutoranda em Ciência Política na FFLCH da Universidade de São Paulo.

Resumo

O artigo procura discutir as conseqüências, principalmente econômicas, da Guerra do Iraque. Após algumas considerações acerca das motivações para essa Guerra, as conseqüências dividem-se em três ordens de questões: microeconômicas, macroeconômicas e aquelas envolvendo os organismos multilaterais. Por fim, tecem-se algumas considerações acerca dos impactos dessas conseqüências sobre o Brasil e a América Latina.

Palavras-chave

Terrorismo; incerteza; unilateralismo.

Abstract

The purpose of this article is to present an evaluation of the consequences, mainly the economic consequences, of the war in Iraq. After some reflections about the USA motivation to declare the war, the article is divided into three aspects: the impact on microeconomics and macroeconomics terms and on the multilateral organisms. The final remarks discuss those impacts on Brazil and Latin America economies.

Os originais deste artigo foram recebidos por esta Editoria em 28.04.03.

Apesar de terem ocorrido muitos debates acerca das reais motivações que levaram os EUA a invadirem o Iraque e da legalidade ou não desse ato, neste momento, dado o fato ocorrido, interessante parece ser discutir também algumas das conseqüências dessa invasão, partindo da idéia de que a Guerra, em si, tenha terminado. Assim, buscaremos dar ênfase ao período pós-guerra, partindo do pressuposto de que os aspectos bélicos da invasão estejam praticamente resolvidos neste momento.

Obviamente que, num exercício de previsão do futuro, algumas observações acerca dos motivos para se fazer a guerra devem ser abordados. Isso faremos na primeira parte do presente artigo. Na segunda parte, discutiremos algumas conseqüências que podem ser levantadas a partir do atual cenário econômico e político internacional. Estas foram divididas em três grupos: apresentamos, inicialmente, alguns elementos considerados de cunho microeconômico; a seguir, certos aspectos macroeconômicos são considerados, e alguns itens relativos às negociações e aos organismos multilaterais também são tratados ao final da segunda parte. Por fim, na terceira parte, tecemos alguns comentários finais, onde se ressaltam possíveis implicações para o Brasil dos aspectos anteriormente discutidos.

1 - Motivações para uma ocupação

Se nos fiarmos no discurso oficial dos EUA, existiram vários bons motivos para a invasão do Iraque. Nas apresentações feitas, ainda no ano passado, ao Conselho de Segurança da ONU, mais de uma dezena de itens foram levantados, os quais iam desde o fato de que o Iraque financiava grupos e ações terroristas até o tratamento desumano infligido a certas minorias, passando, obviamente, pelas questões da posse e do desenvolvimento de armas químicas, biológicas, nucleares — armas de destruição em massa. Para efeitos externos, duas parecem ser as motivações principais alegadas para a invasão.

Por um lado, existe a idéia de uma guerra preventiva, uma doutrina que tomou corpo a partir de 11 de setembro, mas que já era defendida pelos chamados “falcões” de Washington — onde se destaca Donald Rumsfeld, Secretário de Defesa norte-americano —, ou seja, uma guerra que preveniria um possível ataque aos EUA ou ao mundo ocidental por parte de grupos terroristas. No caso em tela, esses grupos estariam sendo acobertados pelo Governo iraquiano, como a exposição de Colin Powell na ONU em 2002 procurou mostrar, principalmente em relação à Al Qaeda de Bin Laden. Esse fato, conjugado com a possibilidade de o próprio Iraque possuir um arsenal de armas de destruição em massa, faria do País um “Estado terrorista”, o que justificaria a guerra preventiva, já que um

inimigo que poderia atingir milhares de pessoas sem que fosse necessário mobilizar grandes exércitos para efetuar tais ações não é um inimigo convencional e, portanto, a ele pode ser imposta a “ação preventiva”.

Essa razão parece ter sido bastante questionada, principalmente pelas inspeções realizadas pelos observadores destacados pela ONU, que não conseguiram encontrar vestígios significativos da posse desse tipo de arsenal. Mesmo os discursos de altas autoridades do Governo norte-americano em pleno Conselho de Segurança da ONU não foram suficientemente convincentes, pelo menos para alguns dos ouvintes do próprio Conselho e também para uma parcela significativa da população, à exceção de uma grande parte dos cidadãos norte-americanos, talvez ainda sensibilizados pelo 11 de setembro e pela cobertura jornalística da imprensa norte-americana, que também sofreu com os atentados de 2001.

Assim, mesmo que as próprias autoridades norte-americanas estivessem convencidas de que a posse de armas de destruição em massa por parte do Iraque não fosse suficiente para pôr em risco a própria segurança dos EUA, ou mesmo dos seus interesses no Oriente Médio, elementos ligados à mobilização social e à política interna norte-americana não podem ser deixados de lado nessa discussão. A idéia de que o mundo se tornou mais perigoso a partir da ação coordenada de terroristas em solo norte-americano passou a ocupar as mentes dos norte-americanos e tornou-se um fermento poderoso em mãos conservadoras que cercam o Presidente Bush.

A outra idéia difundida é a da libertação do povo iraquiano de um ditador opressivo, sanguinário e sem escrúpulos. Apesar de não se duvidar de que as características atribuídas ao então Governo iraquiano estejam certas, parte da opinião internacional tem dificuldade em acreditar que um motivo como esse possa ter levado os EUA a desencadear uma tão custosa invasão e ocupação, mesmo porque parte dos integrantes da coalizão que apóia os EUA são ditaduras tão ou mais indefensáveis que a do Iraque. Além do mais, a ditadura de Saddam remonta à década de 70 e, ao menos durante a década de 80, foi avalizada pelo Governo norte-americano. Mesmo que não seja a real motivação, a idéia de libertação possui claros elementos ligados à estratégia de ocupação do território, já que se contava com o apoio da população iraquiana para se operar a derrubada do regime. Porém, apesar das cenas finais de estátuas destruídas e de júbilo popular nas ruas de Bagdá, a dimensão do apoio não foi a esperada. A felicidade pela queda da ditadura veio acompanhada pela desconfiança em relação às tropas da coalizão, desconfiança que parece aumentar a cada dia e que existe não só entre os iraquianos, mas também entre as populações e os governos de países árabes e islâmicos da região.

Por outro lado, não podemos esquecer que a libertação de povos oprimidos e a defesa de ideais da civilização fazem parte do receituário político norte-americano desde o século XIX, afinal, pela teoria do Destino Manifesto, os norte-americanos estavam imbuídos de uma missão divina em relação aos povos atrasados, e, mesmo antes da doutrina da ação preventiva de Rumsfeld, o Corolário Roosevelt deu o aval para as intervenções dos Estados Unidos em Cuba e na Nicarágua, no século XX.

Outros motivos não claramente declarados são debatidos principalmente agora, com o fim da Guerra. Podemos levantar mais duas ordens de fatores: primeiro, a questão geoestratégica, lembrando que a invasão do Iraque se seguiu à tomada do Afeganistão. Essas duas ocupações demonstrariam a reorientação da política norte-americana na região em função da contínua perda de confiança dos Estados Unidos em que seus interesses pudessem ser sustentados por um punhado de pequenos emirados, mas, sobretudo, pelos sauditas. Assim, os Estados Unidos buscam modificar as alianças na região, ao eliminarem antigos parceiros. Além disso, a ocupação de regiões como o Iraque e o Afeganistão se mostra importante como “efeito-demonstração” para Estados perigosos na avaliação norte-americana e de Israel, tais como Síria e Irã. A posição deste último parece ser bastante delicada no novo xadrez do Oriente Médio, já que, agora, cercado pelos novos Iraque e Afeganistão, o tradicional Estado onde o antiamericanismo é bastante forte vê-se isolado e ameaçado. A despeito das reiteradas ameaças à Síria, parece-nos que, a princípio, o Irã era um alvo mais preciso; aquela, porém, também se vê em posição geográfica mais difícil neste momento, afetando, por sua vez, o Líbano e a Palestina.

A questão da Arábia Saudita também deve ser levada em consideração. O tradicional aliado dos Estados Unidos na região vem, gradativamente, afastando-se, principalmente devido a problemas internos, já que o Governo, longe de ser democrático, vê-se bastante questionado por uma população árabe-muçulmana que não enxerga a aliança entre o seu Estado e os Estados Unidos com bons olhos. Além disso, apesar da aliança entre os Estados, não nos esqueçamos que a Al Qaeda e outros grupos terroristas são financiados por sauditas e contam com a presença destes em seus quadros, em profusão, sendo Osama Bin Laden apenas o mais famoso deles.

Desse modo, além de eliminar alguns daqueles grupos que, em algum momento, foram (ou ainda são) parceiros, a ocupação dessas regiões já bastante debilitadas econômica e militarmente se mostra importante tanto como efeito-demonstração quanto na supervisão política de outros países não tão debilitados e que podem impor efetivas perdas aos interesses norte-americanos e também israelenses na região, além do que os Estados Unidos também se preocupam com possíveis perdas de controle no caso de antigos fiéis aliados.

Parte desses interesses gira, é claro, em torno do petróleo. Este se constituiu, aqui, no segundo fator não declarado por trás da invasão. O que não é claro é qual a intenção do Governo norte-americano em relação à economia e à política petrolífera internacional que justificaria a invasão iraquiana. Neste ponto, podem-se ver duas grandes possibilidades levantadas na imprensa, no período recente. A primeira é uma tentativa de intervenção do Governo norte-americano no sentido de se apropriar dos poços iraquianos como forma de limitar o controle da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) sobre os preços dessa *commodity*. Essa limitação ocorreria tanto do ponto de vista político, introduzindo-se novas intrigas dentro dos já tortuosos acordos no seio da OPEP, como do de tentar promover a descoberta de novos campos utilizando tecnologias mais sofisticadas, além de um significativo aumento da produção iraquiana¹, forçando, assim, uma sensível queda dos preços.

A promoção de uma forte queda dos preços do petróleo poderia ser justificada pela importância que ele ainda possui na estrutura tecnológica e produtiva norte-americana. Porém não se pode esquecer que uma parte da própria economia norte-americana se baseia na exploração de petróleo, de modo que, se a queda do preço pode ter um efeito benéfico diminuindo os custos, por outro lado, existe uma parte das empresas petrolíferas norte-americanas de médio porte que não resistiria a essa queda de preços, justamente um grupo de empresas mais próximo politicamente do atual Governo norte-americano.

A segunda explicação envolvendo a idéia de uma guerra do ou pelo petróleo seria a anexação pura e simples dos poços iraquianos de petróleo pelos EUA e sua entrega para empresas norte-americanas teoricamente ligadas ao Governo Bush, assim como de toda a estrutura de serviços ligados à exploração e distribuição do petróleo. Nesse sentido, imagina-se uma ligação forte do Governo norte-americano com as grandes empresas de petróleo daquele país, empresas que tenham capacidade de recuperar a estrutura produtiva, além de realizar novos investimentos no Iraque, ajudando, assim, o Governo norte-americano a pagar os custos dessa guerra, custos estes que, nesse caso, não poderiam ser divididos, como o foram na primeira Guerra do Golfo, com outros parceiros ocidentais, não apenas porque estes se esforçaram contra a Guerra no Conselho de Segurança, mas também porque suas empresas estariam alijadas desse novo mercado.

¹ A proteção efetuada pelos marines ao Ministério do Petróleo durante a onda de saques a Bagdá e o pedido do fim das sanções impostas pela ONU ao Iraque para que este possa retomar e aumentar suas exportações petrolíferas parecem corroborar essa hipótese.

Ainda é difícil dizer, mas, apesar de essa hipótese parecer fazer sentido, além de ser explícita em demasia, sua implicação em termos de custos parece pouco provável de ser concretizada, pois significa alijar o Iraque de qualquer possibilidade de reconstrução sem que todo o auxílio financeiro parta dos próprios EUA. É mais provável que o petróleo continue sendo de propriedade iraquiana, com um governo mais confiável, e que as empresas norte-americanas passem a competir junto com as outras irmãs ocidentais por margens de lucro em contrapartida da realização de investimentos. Desse modo, mantém-se uma boa capacidade financeira do próprio Iraque, diminuindo as implicações financeiras para os EUA da ocupação e da reconstrução daquele país (Sadoviski, 2003).

Um último elemento ainda deve ser mencionado: a afirmação dos EUA como potência central no cenário internacional, justamente em um mundo que, depois da queda do muro e do colapso da União Soviética, poderia configurar-se como de dimensões multilaterais. A forma como os EUA deflagraram o ataque não deixa de ser mais um elemento de um conjunto de posturas adotadas pelo atual Governo norte-americano, rejeitando justamente essas negociações de cunho pluri ou multilateral. A busca de apoio dos Estados Unidos à sua postura na comunidade internacional e a posterior rejeição a um papel mais ativo dessa mesma comunidade, posto que não conseguiu o apoio desejado, põem em relevo a guinada dos EUA em direção a uma política internacional unilateral ou mesmo imperial.

Essa guinada já se mostrava de modo bastante claro no documento intitulado **Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América**, encaminhado pelo Governo Bush ao Congresso norte-americano em setembro de 2002. Esse documento consagra o terrorismo global como a grande ameaça nos novos tempos pós-Guerra Fria e propõe uma reformulação dos instrumentos de proteção e de defesa, assim como dos serviços de informação dos EUA. O documento reafirma, também, a posição hegemônica dos EUA, mas tal posição será exercida com uma ênfase, agora, mais significativa em aspectos coercitivos, deixando em segundo plano práticas consensuais na afirmação dessa hegemonia (Fausto, 2002/2003). É provável que não exista uma causa ou uma explicação para a posição adotada pelo Governo norte-americano, mas um conjunto delas e vários dos elementos acima mencionados devem ter feito parte do cálculo para a tomada de posição.

2 - Conseqüências de um ataque

Tomando por base alguns elementos descritos na primeira parte, podemos tentar discutir alguns aspectos relativos às suas prováveis conseqüências. Iniciaremos com aquilo que denominaremos de aspectos microeconômicos, a seguir, faremos algumas observações de caráter macroeconômico e, por fim, algumas considerações envolvendo as entidades multilaterais.

2.1 - Aspectos microeconômicos

O combate ao terrorismo ou a prevenção de possíveis ataques desferidos por grupos radicais que se opunham não apenas aos EUA, mas, de um modo mais geral, à cultura ocidental e a seus tentáculos imperialistas foi uma das alegações usadas pelos EUA para empreender a invasão iraquiana. Porém, seja qual for o resultado final da ocupação iraquiana, assim como daquela realizada no Afeganistão, dificilmente o atual grau de tensão entre grupos árabe-muçulmanos e ocidentais será minimizado, pelo contrário, enquanto questões como as da Palestina não forem solucionadas, pode se esperar um acirramento desse cenário, com o crescimento de correntes fundamentalistas que contestam os valores e a ingerência ocidental na região.

Mesmo que tais invasões propiciem o desmantelamento de certas redes de apoio aos grupos mais radicais que pretendam desferir ações retaliadoras de envergadura, a ampliação de um ambiente de contestação e de repulsa ao chamado domínio ocidental tende a propiciar, por outro lado, o crescimento da predisposição de setores ou grupos antes pacifistas ou alienados a participarem de organizações engajadas em um combate mais acirrado e belicoso àquilo que eles enxergam como o inimigo de sua cultura e tradição.

O fundamentalismo, como foi afirmado anteriormente, tende a ganhar terreno levando a bandeira nacionalista, que se opõe à ocidentalização e ao seu conceito de modernização. Assim, num aparente paradoxo, tendem a perder os grupos mais moderados e identificados com o Ocidente, justamente os grupos que são vistos pelos Estados Unidos, principalmente, como possíveis reconstrutores de uma nova ordem na região, nova ordem esta onde o diálogo com o Ocidente seja mais fácil. Ao mesmo tempo, a presença de tropas ocidentais, notadamente norte-americanas, em número cada vez maior nos países do Oriente Médio, torna o conflito mais visível e faz dos militares estacionados nessas praças alvos fáceis dos ataques terroristas. Os ódios tendem a florescer quando a presença militar é ostensiva, a história dá-nos uma série de exemplos acerca dessa questão. Não é à toa que os ingleses, que já possuíram um grande império,

tiveram um cuidado maior que os norte-americanos no próprio conflito do Iraque, o que pôde ser visto na tomada de Basra e no prosaico procedimento do uso de boinas ao invés de capacetes por parte dos soldados britânicos.

Ou seja, o estado de insegurança que aflige o cenário mundial não parece ser aplacado por ações como a dos EUA no Iraque, muito pelo contrário. A permanência ou o acirramento, no curto e no médio prazo, da possibilidade de ações retaliadoras aumenta, assim, a sensação de insegurança e de incerteza. O crescimento da percepção de risco por parte de governos, empresas e mesmo das famílias tem conseqüências que denominaremos microeconômicas, especialmente sobre o desenvolvimento econômico. Esse sentimento de incerteza possui efeitos negativos sobre a própria predisposição dos agentes a fazerem investimentos, a se endividarem, etc. Esses elementos afetam, de maneira negativa, o crescimento econômico.

Podemos levantar outros dois tipos de problemas associados à proliferação do terrorismo e à ampliação da sensação de risco que também acabam por diminuir a possibilidade, em médio prazo, de desenvolvimento econômico mundial: a ampliação dos custos de transação, principalmente no comércio internacional, e a alteração na forma como os agentes gastam suas rendas, com a conseqüente diminuição de externalidades positivas sobre o crescimento.²

Neste último caso, pode-se usar como ilustração o caso das famílias e das empresas das áreas metropolitanas brasileiras: estas, em função do crescimento da criminalidade, passaram a despender parte de sua renda em produtos e serviços visando a sua segurança, como alarmes, grades, etc. Deixando, assim, de despender recursos em saúde e/ou educação, não é difícil imaginar que, apesar de os gastos em segurança atenderem às necessidades prementes dessas famílias, parte do desenvolvimento potencial delas fica comprometida em função das escolhas que foram obrigadas a fazer. O mesmo se pode dizer das empresas que são obrigadas a investir seus recursos em sistemas de segurança e que deixam de investir produtivamente.

Guardadas as devidas diferenças, podemos fazer uma analogia com os países ocidentais. Nestes, muitas famílias e empresas passam a se preocupar com questões ligadas ao terrorismo, mas principalmente os gastos públicos de um modo geral são realocados na direção de sistemas de proteção e segurança. Supondo um montante fixo de dispêndios públicos globais, o aumento dos recursos em segurança significa uma redução em outras áreas, ditas tanto sociais (assistência, saúde e educação) como de investimentos. Se, no curto prazo,

² Os argumentos a seguir estão, em parte, baseados em Lenain, Bonturi e Koen (2002).

essa realocação de gastos não produz mudanças no nível de renda agregada, no médio prazo existem potenciais efeitos negativos.

Pode ser contraposta a hipótese bastante difundida, mas não tão claramente demonstrada empiricamente, que os gastos públicos norte-americanos em defesa e segurança possuem impactos positivos sobre o desenvolvimento tecnológico dos EUA. Porém devem ser levados em consideração dois elementos importantes: (a) nem todos os gastos alocados em segurança ou defesa geram externalidades positivas, e parte desses gastos possui efeitos até negativos; (b) as possíveis externalidades dos gastos em defesa vêm substituir as geradas por gastos em educação e saúde e os chamados “dividendos da paz” — externalidades de um ambiente pacífico que também não devem ser subestimadas. Não se deve esquecer que os intensos ganhos de produtividade obtidos na economia norte-americana, nos anos Clinton, foram obtidos essencialmente em um contexto de paz e que, apesar de os gastos militares poderem ter efeitos positivos de curto prazo, estes arrefecem ao longo do tempo (Mandel et al., 2003).

Por fim, mesmo que estejamos a argumentar a respeito de efeitos sobre crescimento/desenvolvimento, não se podem esquecer os óbvios efeitos negativos dessa realocação em termos de equidade ou justiça social.

O outro efeito aqui chamado de microeconômico de médio prazo é o aumento dos custos de transação. Podemos levantar dois elementos que exemplificam esse ponto. Por um lado, quanto aos desembaraços alfandegários, estes entram em uma trajetória que reverte a tendência anterior, que era justamente a de diminuir os entraves existentes no comércio internacional, em função, agora, do aumento do risco de ações terroristas — por exemplo, o risco de contaminação por meio de Antrax —; esses desembaraços tendem a ser mais demorados em função de maiores cuidados com análises, verificações, etc. Nesse sentido, aumentam as restrições, os custos de estocagem e o próprio tempo de liberação de mercadorias, dificultando, por exemplo, a ação de técnicas de Just-in-Time ou similares que cresceram de maneira significativa dentro do contexto da globalização produtiva.

É interessante notar que tais medidas de segurança, ao diminuírem a fluidez do comércio, se aplicam ao comércio interno dos países, mas devem ser ainda mais sentidas no comércio internacional. Por outro lado, também os custos com seguros nas transações comerciais tendem a crescer por dois motivos: existem maiores preocupações dos envolvidos no comércio, fazendo com que determinadas operações em que antes não se contratavam seguros passem a tê-los, mas, principalmente, pelo aumento que os custos relativos a seguros sofreram por parte das seguradoras. O aumento da sensação global de incerteza, sendo que parte desta pode, de algum modo, ser transformada em um risco quantificável quanto às próprias perdas que várias das seguradoras enfrentaram

nos últimos anos, fez com que essas empresas aumentassem os seus prêmios, aumentando, assim, os gastos incorridos pelos agentes.

2.2 - A questão macroeconômica

Do ponto de vista macroeconômico, a grande questão diz respeito aos gastos com a invasão, a ocupação e a recuperação do Iraque. Inúmeras estimativas já se fizeram acerca de quanto os EUA já gastaram e quanto ainda irão despender para manter efetivos e promover a reconstrução no Iraque. Alguns números já parecem claros com os recentes pedidos de suplementação orçamentária, tendo em vista gastos com a defesa feitos nos últimos meses. Os custos efetivos foram objeto de várias estimativas e giram em torno de US\$ 100 bilhões para a investida armada, mais US\$ 300 bilhões a US\$ 600 bilhões para manutenção de tropas e reconstrução da infra-estrutura do País. Esses gastos, além de relançarem a questão acerca do impacto de uma política fiscal expansionista, colocam um problema claro: como serão financiados?

Diferentemente da primeira Guerra do Golfo, a possibilidade de contar com a sustentação financeira de países amigos reduziu-se drasticamente no momento atual, mesmo que se imagine que parte da reconstrução envolva, de algum modo, as Nações Unidas e os parceiros tradicionais.

O primeiro impacto desses números, como já foi levantado anteriormente, remete à questão do petróleo. Supondo que pelo menos uma parte da reconstrução deva ser financiada pelo próprio Iraque, não se pode imaginar que este consiga fazer frente a tal processo se for destituído de sua principal fonte de recursos: o petróleo. Assim, parece difícil imaginar que o Iraque não recolha parte dos benefícios de sua principal riqueza mineral de modo a poder fazer frente aos capitais que devem ser aplicados na sua própria reconstrução. A probabilidade maior, nesse caso, é de que o petróleo continue sendo iraquiano, explorado por uma companhia, talvez, "estatal" iraquiana, mas as empresas petrolíferas internacionais com *joint ventures* e outras parcerias deverão compartilhar essa exploração, os investimentos e seus lucros.

Na OPEP, um grande produtor passará a ser mais sensível às demandas e às necessidades do mundo ocidental,³ mas, como já foi visto anteriormente,

³ O que seria extremamente importante para os interesses norte-americanos, também abalados na América do Sul com os sucessivos reveses que o caso Venezuela acabou imputando ao Governo Bush. Não nos esqueçamos da importância da Venezuela no mercado de petróleo mundial.

isso não deve significar uma queda drástica dos preços de petróleo no médio prazo.

O outro ponto diz respeito à própria economia norte-americana. Uma das estratégias de superação da debilitação econômica interna dos EUA do atual Governo Bush é a redução dos impostos. Apesar de esta vir acompanhada de cortes em determinados gastos, estes nem atingem o setor de segurança nacional, nem são do mesmo montante da perda de receita. Assim, mesmo antes da Guerra do Iraque, os déficits públicos norte-americanos já se elevavam, e a perspectiva era de continuarem crescendo. Com a Guerra, esses números devem ser ainda maiores. Desse modo, configura-se um cenário que, de algum modo, lembra a perspectiva inicial do Governo Reagan — o *supply side economics* —, reforçado com uma espécie de “keynesianismo de guerra”, onde não apenas se prevêem gastos com defesa, como no fim dos anos 70, mas estes significam, em parte, destruição em massa de obuses e outros objetos (Warde, 2003).

Os impactos de uma política como essa são bastante incertos. Pode-se até esperar que, no curto prazo, os gastos públicos norte-americanos e a redução de impostos devam gerar efeitos positivos sobre o crescimento econômico, com uma possível retomada dos indicadores no segundo semestre deste ano e início de 2004, porém a sustentação disso a médio prazo também é questionada, em função dos problemas associados ao financiamento do déficit público norte-americano.

Na verdade, não existem muitas alternativas para isso, apesar de, no caso dos EUA, existirem mais do que em outros países. Ou a política é revertida, ou seja, volta-se a arrecadar mais impostos e cortam-se mais gastos, ou passam a ser necessárias alternativas de financiamento. Nessa segunda opção, duas são as possibilidades: a emissão monetária cobrindo a diferença ou a colocação de títulos. No primeiro caso, a vantagem de os EUA gerarem o ativo de liquidez internacional permite uma maior flexibilidade para que esse tipo de financiamento se faça sem impactos inflacionários sensíveis. Porém existem limites para tal e estes se encontram na própria confiança dos mercados no dólar, a qual, nos últimos meses, não é muito forte. Por outro lado, se o risco de inflação nos EUA está descartado no curto prazo em função da debilidade de sua própria economia, o mesmo não se dará se os indicadores de crescimento efetivamente responderem, no curto prazo, à política fiscal expansionista. Sendo assim, esta pode muito bem vir acompanhada de uma perda mais significativa de valor da moeda norte-americana.

No segundo caso, o financiamento do déficit pelo mercado deve exigir a colocação de mais títulos por parte do Governo norte-americano, o que, imediatamente, contra-arresta uma parte do pretensão potencial de recuperação do cresci-

mento econômico pelo corte de impostos. O problema, nesse caso, é que, no momento atual, os fluxos de capital não estão se dirigindo para os EUA, dificultando, assim, a colocação desses títulos; dessa maneira, a forma de reverter tal situação é elevar a taxa de juros significativamente, de modo a poder financiar o déficit público. Essa elevação, por um lado, atrairia capital para os EUA e poderia, inclusive, reverter a atual tendência de desvalorização da moeda norte-americana, inibiria um possível início de processo inflacionário, mas não seria positiva em termos de recuperação do crescimento econômico dos EUA. Se nos fiarmos na própria experiência do Governo Reagan, a mistura do chamado *supply side economics* com gastos em defesa acarretou, naquela época, uma elevação da taxa de juros, que, por sua vez, trouxe conseqüências sobre o resto do mundo que ainda são sentidas em várias partes.

Assim, mesmo que a política macroeconômica norte-americana, combinada com as implicações de gastos da Guerra, possa acarretar um efeito positivo sobre o crescimento econômico dos EUA no curto prazo, este não parece ser sustentável no médio prazo. Nesse prazo, além de entrarem em ação poderosos efeitos microeconômicos já levantados, também a questão da sustentabilidade do déficit público norte-americano deve ser levada em consideração.

2.3 - As negociações multilaterais

A forma como os EUA decidiram promover o ataque e a invasão ao Iraque leva a uma outra questão importante: o papel dos organismos internacionais e as negociações econômicas multilaterais.

A postura norte-americana, nesse caso — passando por cima das resoluções do Conselho de Segurança da ONU —, coloca em evidência algo que já se deixava antever há algum tempo: o fato de que, no novo contexto político internacional, o multilateralismo passou a desempenhar um papel acessório na estratégia dos EUA.⁴ No já referido texto encaminhado ao Congresso em setembro de 2002, transparece com clareza a idéia de que, para os EUA, não se faz necessária a busca de consensos para a tomada de decisões no cenário internacional quando estas envolvam seus interesses. O unilateralismo deixou de ser uma opção em última instância e passou a ser a principal opção na sua estratégia internacional. Nesse sentido, não parece fazer parte do centro das preocupações do Governo norte-americano a valorização das organizações de caráter global;

⁴ Este parágrafo está fortemente baseado em Amorim (2003).

justamente ao contrário, sua postura coloca em perigo a complexa estrutura criada desde o pós-guerra tanto em termos de paz e segurança internacional como também daquelas organizações associadas mais diretamente às questões econômicas. Pois, se, do ponto de vista da política internacional, noções como soberania, integridade territorial, legítima defesa e o papel do Conselho de Segurança foram colocadas em xeque, ao mesmo tempo, também a busca de acordos consensuais em fóruns, como a OMC e o FMI, se mostrarão cada vez mais difíceis.

Nesses fóruns acima citados, nos últimos anos vários acordos consensuais foram alcançados às custas de negociações intensas e também por meio de “artimanhas lingüísticas” usadas com maestria para não se frustrarem as próprias negociações. Se for bem verdade que as negociações nunca se mostraram fáceis nesses organismos, a posição atual dos EUA não as torna mais fáceis. A provável reação dos outros atores relevantes nesse contexto pode levar a uma situação de impasse completo, onde nem os recursos filológicos sejam capazes de dar alguma solução.

É provável, contudo, que a pressão internacional leve à diminuição do impulso unilateral dos EUA e que alguma preocupação por parte dos norte-americanos passe a existir no sentido de reconstruir o próprio Conselho de Segurança e a ONU, além da OTAN e de outros organismos e fóruns internacionais. Do mesmo modo, os países que se alinham em posição contrária à Guerra também devem procurar solucionar o impasse criado. Porém tal reconstrução certamente se fará em bases diferentes daquelas que, de algum modo, foram concebidas em um mundo bipolar no pós-guerra. Em se mantendo a posição hegemônica e coercitiva dos EUA, principalmente se esta tiver sustentação política interna, por mais que haja pressões internacionais, dificilmente se poderiam reconstruir organismos multilaterais que, de alguma maneira, não reconhecessem a hegemonia norte-americana.

Do ponto de vista econômico, esse reposicionamento, como dissemos, não alivia as dificuldades das negociações então em curso, predizendo novos percalços como aqueles já provocados, por exemplo, pela não-corroboração do Protocolo de Kyoto por parte dos EUA. Ao mesmo tempo, outro elemento parece também perder força: a possibilidade de que as críticas à globalização pudessem, de alguma forma, se fazer valer em termos de reconstrução da ordem mundial, mesmo que somente de pequenas paredes da arquitetura econômica internacional. A impressão que se tinha antes é que, em função não apenas das pressões do movimento antiglobalização, mas também da crescente clareza para os próprios organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial etc.) de que os propalados ganhos da globalização não foram distribuídos de maneira equitativa, certos aspectos da ordem econômica mundial passariam a ser discutidos em fóruns

relevantes e medidas efetivas poderiam começar a vir a ser tomadas nesses espaços. Desse modo, a necessidade, agora, de uma reconstrução de vários desses fóruns e o acirramento nas posições dificultam a entrada em cena de questões que poderiam redirecionar possíveis ganhos de um mundo pretensamente globalizado.⁵

3 - Considerações finais

De um modo geral, as perspectivas aqui levantadas a partir da Guerra do Iraque não são alvissareiras para o cenário econômico global. Diminuição da produtividade em função de um mundo mais incerto, aumento dos custos de transação no mercado internacional, problemas com o financiamento da própria Guerra, dentre outros, são alguns dos elementos aqui levantados que conferem uma perspectiva de médio prazo negativa, mesmo que, no curto prazo, possam existir efeitos positivos.

O posicionamento do Brasil frente a esse cenário requer, é claro, enormes cuidados. Olhando de uma perspectiva global, o cenário não parece claramente favorável para o Brasil e para a América Latina. Porém, em toda situação, devem-se olhar possibilidades a serem exploradas, além dos riscos sobre os quais há que se tomar medidas preventivas. Desse ponto de vista, o cenário de crescimento internacional não parece ser uma perspectiva significativa. Existe alguma possibilidade de problemas relativamente graves nos fluxos de capitais para a América Latina em função da possível necessidade de os EUA terem que financiar significativos déficits, e, para tal, um aumento dos juros norte-americanos não é totalmente uma carta fora do baralho.

Por outro lado, supondo que a idéia de terrorismo global não atinja da mesma maneira a América Latina como a outras regiões do mundo, podemos imaginar a exploração de algumas possibilidades. Do mesmo modo que sempre se antevê um redirecionamento do turismo para a América Latina em função de não existir a possibilidade significativa de atentados terroristas, o redirecionamento de plantas produtivas e de investimentos nessa região poderia também ser

⁵ Cabe ressaltar, também, a provável dificuldade em relação à reconstrução dos organismos multilaterais, se as várias previsões acerca do recrudescimento do fundamentalismo se tornarem realidade. A aceitação por parte de países que aplicam a *sharia* desses organismos e da própria concepção ocidental que está na base dessas instituições tende a não se efetivar. Nesse sentido, não são boas as perspectivas de construção de um mundo mais harmonioso e equilibrado no futuro próximo.

antevisto, mesmo porque os custos de transação e os gastos de prevenção poderiam ser menores aqui do que em outras regiões.

Porém deve-se também olhar internamente, e, se é verdade que a questão da segurança internacional é favorável ao Brasil, o que dizer da questão relativa à segurança interna? Até que ponto os elementos acima descritos relativos a um ambiente internacional inseguro não poderiam ser aplicados ao caso brasileiro, porém, sem se fazer referência ao terrorismo internacional, ao menos em sua vertente fundamentalista? Pois, se, por um lado, aparentemente a América Latina se encontra livre dessa ameaça, por outro, é o território onde cresce um outro tipo de terrorismo, classificado como tal pelas autoridades norte-americanas: o narcotráfico.

A situação da Colômbia é paradigmática, e o País já sofre com a ingerência dos EUA no chamado Plano Colômbia. No Brasil, a escalada da violência urbana, associada aos desmandos do tráfico, que parecem ter entrado numa espiral crescente no primeiro trimestre de 2003, também coloca o País numa posição delicada quanto às questões de segurança. É claro que há uma grande diferença entre as duas situações: em relação ao que estamos denominando “terrorismo fundamentalista”, acusam-se, formalmente, Estados de serem patrocinadores dessas ações, o que possibilitou, inclusive, a formulação e a aplicação da teoria do ataque preventivo. No segundo caso, que se aplica à América Latina, não são os Estados patrocinadores do terrorismo, mas, sim, reféns. No entanto, para efeitos de investimentos internacionais, Estados reféns também são inseguros, o que nos coloca em posição delicada.

Outra possibilidade a ser explorada diz respeito ao unilateralismo norte-americano. Se, por um lado, é verdade que as negociações nos organismos internacionais podem se complicar, por outro lado, a força dos EUA poderá depender, em futuro não muito distante, de uma América mais unida. Se, efetivamente, a ruptura do pacto europeu não se concretizar, pode ser necessário aos EUA uma ampliação de seu mercado e da própria área de influência do dólar. Nesse sentido, as negociações com relação à ALCA podem mudar de figura ao realçar a importância de certos países latino-americanos, aumentando seu poder de barganha. Nessa direção, o posicionamento do Governo brasileiro no conflito parece ter sido bastante razoável em termos de aumentar o próprio cacife para entrar numa negociação futura difícil justamente com a nação hegemônica.

Referências

AMORIM, Celso. Multilateralismo acessório. **Política Externa**, São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais Pol. Com. da USP, v. 11, n. 3, p. 55-59, dez./fev., 2003.

FAUSTO, Boris. Hegemonia: consenso e coerção. **Política Externa**, São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais Pol. Com. Da USP, v. 11, n. 3, p. 45-49, dez./fev., 2003.

LENAIN, Patrick; BONTURI, Marcos; KOEN, Vincent. **The economic consequences of terrorism**. [S.l.: s.n.], 2002. July (OECD Economic Department Working Paper, n. 334).

MANDEL, Michael et al. Guerra afetará economia a médio prazo. **Valor Econômico**, p. A-9, 7 abr., 2003.

SADOWSKI, Yahya. Vérités et mensonges sur l'enjeu pétrolier. **Le Monde Diplomatique**, Paris: Centre D'Etudes Diplomatiques et Stratégiques, n. 589, p. 18-19, abr., 2003.

WARDE, Ibrahim. L'ordre américain, coûte que coûte. **Le Monde Diplomatique**, Paris: Centre D'Etudes Diplomatiques et Stratégiques, n. 589, p. 20-21, abr., 2003.